



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150433 - RS (2021/0220703-8)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR
CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
RECORRENTE : ANDERSON SILVA RODRIGUES (PRESO)
RECORRENTE : JEAN PIERRE RODRIGUES DE ABREU (PRESO)
ADVOGADO : RENAN DA SILVA MOREIRA E OUTRO(S) - RS084027
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ANDERSON SILVA RODRIGUES e OUTRO contra decisão do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO (N. 5023388-57.2021.4.04.0000).

Os recorrentes encontram-se presos preventivamente. Anderson pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 289, § 1º, 288 e 163, parágrafo único, III, do CP e Jean pelo crime previsto no art. 289, § 1º, do CP. O *habeas corpus* impetrado no Tribunal de origem e que visava à revogação da prisão preventiva foi denegado. Contra tal acórdão foi interposto o presente recurso ordinário.

Sustenta a falta de competência da Justiça Federal em razão da falsificação grosseira das notas utilizadas e aduz que não estão presentes os requisitos que autorizam a prisão preventiva dos recorrentes. Além disso, argui que o recorrente Jean é portador de HIV e Tuberculose de coluna, portanto é vulnerável em caso de contaminação pelo novo coronavírus.

Requer, em pedido liminar, sejam os recorrentes colocados em liberdade. No mérito, requer o provimento do recurso para que seja revogada a prisão preventiva ou substituída por medidas cautelares nos termos do art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-

se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade do *decisum* que manteve a segregação cautelar do paciente, uma vez que o recorrente recebe tratamento adequado onde se encontra preso, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fls. 85/86):

9. Em relação à pandemia de Corona vírus, verifico que ao menos até o presente momento não se tem conhecimento de casos de infectados pelo novo coronavírus dentro do estabelecimento prisional, o que não impede que o Juízo de origem, com a modificação do panorama atual, tome medidas necessárias para a preservação da saúde do apenado e dos demais detentos.

Note-se que o magistrado a quo está diligenciando junto ao presídio a fim de coletar informações acerca do estado de saúde do paciente JEANPIERRE, portador de HIV, bem como em relação à aplicação da vacina no preso.

Com efeito, ao prestar as informações solicitadas a autoridade impetrada assim se manifestou (evento 6):

Por fim, também em 10/06/2021, sobreveio promoção do Ministério Público Federal, juntada no evento 40 (bem como informação anexada no evento 41), dando conta de que aquele Órgão providenciou contato com o estabelecimento prisional, a fim de verificar as condições de saúde dos presos provisórios, recebendo a informação de que JEAN PIERRE RODRIGUES DE ABREU e ANDERSON SILVA RODRIGUES receberam na data de ontem (09/06/2021) a primeira dose do imunizante contra a COVID19. O Parquet também referiu que:"

Ademais, conforme relatado pelo servidor Mário Muller, o estabelecimento prisional de Cachoeira do Sul conta atualmente com cobertura vacinal de 98% contra o novo coronavírus, o que torna a casa de custódia um ambiente seguro e controlado em relação aos riscos de infecção.

Por fim, como bem salientou a decisão do Evento 34, "há demonstração de que a administração carcerária está adotando os devidos cuidados, monitorando o estado de saúde, assegurando que, em sendo o caso, haverá o encaminhamento do preso à rede municipal de saúde, bem como sua imunização contra a COVID-19, assim que a vacina esteja disponível".

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente